



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA/MESA DIRETORA

Rolim de Moura, RO, 09 de Janeiro de 2023.

Preclaros representantes dos municípios, nos termos do Art. 29, II da LOM, e combinado com o Art. 29, XIX, do Regimento Interno, a Mesa Diretiva apresenta a seguinte proposição a seguir escandida:

JUSTIFICATIVA

Através do presente, encaminhamos para análise e deliberação desta Casa o projeto de Lei Complementar cujo conteúdo versa sobre: *"Concede Revisão Geral aos Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Rolim de Moura"*.

Vale ressaltar que a aprovação desta Propositura, tem como condão adicionar o percentual de 5,62 (cinco vírgula sessenta e dois por cento)", à remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Rolim de Moura/RO, à título de revisão geral anual, objetivando com isso repor as perdas inflacionárias do ano de 2022, utilizando como base de cálculo, a média aritmética ente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA e o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), nos termos do artigo 37, X, da CF.

Dessa forma, submetemos à consideração de Vossas Excelências a minuta do Projeto de Lei Complementar.

Atenciosamente,


CIDINEI FURTUNATO


CLAUDINEI FERNANDES DE SOUZA

Presidente da CMRM

1º Vice-Presidente


WALTER SOARES DOS SANTOS

1º Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA/MESA DIRETORA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2023

*"Concede Revisão Geral aos
Vencimentos dos Servidores da Câmara
Municipal de Rolim de Moura"*

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz Saber que o Plenário da Câmara Municipal Aprovou e Ele Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Adiciona o percentual de 5,62 (cinco vírgula sessenta e dois por cento)", à remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Rolim de Moura/RO, à título de revisão geral anual, objetivando repor as perdas inflacionárias do ano de 2022, utilizando como base de cálculo, a média aritmética ente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA e o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), nos termos do artigo 37, X, da CF.

Art. 2º A data base de aplicação da revisão geral anual é 01 de janeiro de 2023, retroagindo os efeitos financeiros desta lei, á referida data.

Parágrafo único - As tabelas de referências da reposição de que trata esta Lei Complementar serão publicadas, por meio de Decreto do Chefe do Poder Legislativo, observando o percentual apurado no caput artigo 1º desta Lei.



04
D

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA/MESA DIRETORA

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições e contrário.

Rolim de Moura/RO, 10 de janeiro de 2023.

CIDINEI FURTUNATO

Presidente da Câmara de Rolim de Moura

CLAUDINEI FERNANDES DE SOUZA

1º Vice-Presidente

WALTER SOARES DOS SANTOS

1º Secretário

05
D

Índice de Inflação

Inflação registrada pelo IPCA/IBGE
2022 e 2021

IPCA/IBGE - 2022

Mês	Do mês	Índice Acumulado		Nº índice Desde Jan/1993 Dez/1992=1,00
		No ano	Nos últimos 12 meses	
Dez/2022	0,62	5,7848	5,7848	1.668,4514
Nov/2022	0,41	5,1330	5,9005	1.658,1707
Out/2022	0,59	4,7037	6,4700	1.651,4000
Set/2022	-0,29	4,0896	7,1686	1.641,7139
Ago/2022	-0,36	4,3923	8,7271	1.646,4887
Jul/2022	-0,68	4,7695	10,0692	1.652,4375
Jun/2022	0,67	5,4868	11,8867	1.663,7510
Mai/2022	0,47	4,7848	11,7311	1.652,6780
Abr/2022	1,06	4,2946	12,1315	1.644,9468
Mar/2022	1,62	3,2007	11,2993	1.627,6932
Fev/2022	1,01	1,5555	10,5436	1.601,7450
Jan/2022	0,54	0,5400	10,3794	1.585,7291



5.4584

5.7848

5.62 %

Índice de Inflação

Inflação registrada pelo IGP-M/FGV
2022 e 2021

06
9

IGP-M/FGV - Fechamento do mês - 2022

Mês	Do mês	Índice Acumulado		Nº índice Desde Jan/1993 Dez/1992=1,00
		No ano	Nos últimos 12 meses	
Dez/2022	0,45	5,4584	5,4584	2.795,3118
Nov/2022	-0,56	4,9860	5,8994	2.782,7893
Out/2022	-0,97	5,5772	6,5170	2.798,4607
Set/2022	-0,95	6,6113	8,2488	2.825,8716
Ago/2022	-0,70	7,6339	8,5875	2.852,9749
Jul/2022	0,21	8,3926	10,0748	2.873,0865
Jun/2022	0,59	8,1655	10,7009	2.867,0656
Mai/2022	0,52	7,5310	10,7119	2.850,2492
Abr/2022	1,41	6,9748	14,6548	2.835,5045
Mar/2022	1,74	5,4874	14,7679	2.796,0798
Fev/2022	1,83	3,6833	16,1216	2.748,2601
Jan/2022	1,82	1,8200	16,9198	2.698,8708

Microsoft

Add the extension

DOWNLOAD

Mostrar
Períodos





PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

Senhor Presidente:

Foi autuado nesta sala do Legislativo na data de 02 de Março de 2023, Projeto de Lei Complementar, oriundo da Mesa Diretora, de nº. 003/2023, que traz como ementa: **Concede Revisão Geral aos Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Rolim de Moura.**



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ao Legislativo:

Que seja providenciado a tramitação do mencionado Projeto de Lei, observando os prazos estabelecidos no Regimento Interno desta Casa Legislativa

Rolim de Moura, em: 02 / Março / 2023

CIDINEI FURTUNATO
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO**

À

Assessoria Jurídica

Em cumprimento ao disposto no Artigo 197¹, § 1º ² do Regimento Interno desta Casa de Leis, encaminho, para que no prazo legal seja fornecido o Parecer Técnico Jurídico, ao Projeto de Lei Ordinário nº **03/2023**, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Rolim de Moura, em: 07 / Março / 2023

¹ **Art. 197** - Toda Matéria sujeita a deliberação da Câmara terá parecer técnico-legislativo, sem análise de mérito, que será dado pela assessoria jurídica.

² § 1º Para assegurar o Parecer prévio neste artigo será enviada cópia das matérias tão logo sejam apresentados à Câmara, tendo o assessor o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para se pronunciar.



**ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
CONTROLADORIA INTERNA**

IMPÁCTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO

Processo: Projeto de Lei Complementar nº 003/2023

Proponente: Mesa Diretora

RELATÓRIO:

A Mesa Diretora apresentou o Projeto de Lei nº 003/2023 à Câmara Municipal, que objetiva dispor sobre a Revisão Geral Anual dos vencimentos e salários dos servidores do Legislativo – perdas inflacionárias do exercício 2022. A proposta foi encaminhada pela Procuradoria Jurídica da Câmara para análise desta Controladoria Interna, nos termos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, com fulcro no parágrafo 1º do art. 29-A da Constituição Federal, a fim de que seja realizada análise de impacto orçamentário-financeiro para aplicação da revisão geral anual.

ANÁLISE:

O equilíbrio entre receitas e despesas, um dos fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, está previsto em vários capítulos da lei, traduzindo-se, na maioria das vezes, na não afetação das metas de resultados fiscais. Dessa forma, a lei busca não só preservar o equilíbrio do orçamento atual como também dos exercícios seguintes, trazendo regras para criação de despesas e renúncia de receitas que preservem o equilíbrio com base na estimativa de impacto orçamentário financeiro.

O equilíbrio é também um princípio da elaboração dos orçamentos anuais, que visa a adequar os gastos necessários às receitas previstas. Assim, entende-se que o orçamento abrange o suporte necessário às despesas iniciadas em exercícios anteriores e as criadas no exercício vigente.

Após a elaboração do orçamento, no entanto, poderá haver a necessidade de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações que não foram contempladas em créditos orçamentários. De acordo com a LRF, a realização de tais ações que acarretarem aumento de despesas está condicionada à elaboração da estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois seguintes, como garantia de que essa nova despesa não gere desequilíbrio no orçamento.

Os salários estimados para o ano de 2023 seguem a Lei Complementar nº 315/2022, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos da Câmara



**ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
CONTROLADORIA INTERNA**

IMPÁCTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO

Processo: Projeto de Lei Complementar nº 003/2023

Proponente: Mesa Diretora

RELATÓRIO:

A Mesa Diretora apresentou o Projeto de Lei nº 003/2023 à Câmara Municipal, que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos vencimentos e salários dos servidores do Legislativo – perdas inflacionárias do exercício 2022. A proposta foi encaminhada pela Procuradoria Jurídica da Câmara para análise desta Controladoria Interna, nos termos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, com fulcro no parágrafo 1º do art. 29-A da Constituição Federal, a fim de que seja realizada análise de impacto orçamentário-financeiro para aplicação da revisão geral anual.

ANÁLISE:

O equilíbrio entre receitas e despesas, um dos fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, está previsto em vários capítulos da lei, traduzindo-se, na maioria das vezes, na não afetação das metas de resultados fiscais. Dessa forma, a lei busca não só preservar o equilíbrio do orçamento atual como também dos exercícios seguintes, trazendo regras para criação de despesas e renúncia de receitas que preservem o equilíbrio com base na estimativa de impacto orçamentário financeiro.

O equilíbrio é também um princípio da elaboração dos orçamentos anuais, que visa a adequar os gastos necessários às receitas previstas. Assim, entende-se que o orçamento abrange o suporte necessário às despesas iniciadas em exercícios anteriores e as criadas no exercício vigente.

Após a elaboração do orçamento, no entanto, poderá haver a necessidade de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações que não foram contempladas em créditos orçamentários. De acordo com a LRF, a realização de tais ações que acarretarem aumento de despesas está condicionada à elaboração da estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois seguintes, como garantia de que essa nova despesa não gere desequilíbrio no orçamento.

Os salários estimados para o ano de 2023 seguem a Lei Complementar nº 315/2022, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos da Câmara



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
CONTROLADORIA INTERNA

Municipal de Rolim de Moura. Os encargos sociais estimados seguem as alíquotas e descontos da tabela vigente.

Na tabela abaixo se demonstra o valor da despesa com pessoal para o atual exercício de acordo com a estrutura de pessoal vigente.

Discriminação	2023
Salários e Subsídios (inclusive férias e 13º salário)	3.487.818,42
Obrigações Patronais	638.849,16
TOTAL	4.126.667,58

A Constituição Federal em seu artigo 29-A, inciso I, estabelece limite de 7% (sete por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior para o Poder Legislativo dos municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes.

No caso do Poder Legislativo de Rolim de Moura, foi estabelecido na Lei de Orçamentária Anual para o exercício de 2022 o percentual de 7% (sete por cento).

De acordo com o § 1º do artigo 29-A da CF, a Câmara Municipal não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto o subsídio de seus vereadores.

Segue no quadro abaixo o valor da receita prevista deste Poder Legislativo para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, considerando aumento de 5% (cinco por cento) para a receita dos exercícios de 2024 e 2025, a disponibilidade de 70% (setenta por cento) para a despesa com pessoal, bem como a despesa proposta com pessoal com a estrutura de pessoal vigente acrescida de 5,62% (cinco vírgula sessenta e dois pontos percentuais), proposto no referido PL, bem como aumento de despesa de pessoal para os exercícios de 2024 e 2025 em 5% (cinco por cento).

REPASSES - Artigo 29-A da Constituição Federal de 1988			
Exercício	2023	2024	2025
Valor repasse (7%)	7.368.127,30	7.736.533,66	8.123.360,34
70% (art. 29-A, § 1º)	5.157.689,11	5.415.573,56	5.686.352,24
Despesa total com pessoal	4.358.586,30	4.576.515,61	4.805.341,39

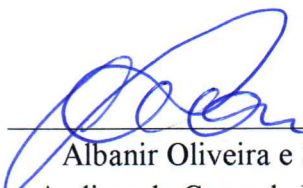


ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
CONTROLADORIA INTERNA

Percentual de gasto com pessoal	59,15%	59,15%	59,15%
--	---------------	---------------	---------------

De acordo com o quadro acima, nota-se que a Revisão Geral Anual prevista no PL, ora discutido, não comprometeria o disposto no parágrafo 1º do art. 29-A da Constituição Federal, que é 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento.

Rolim de Moura, 07 de junho de 2023.


Albanir Oliveira e Silva
Auditor de Controle Interno
Matrícula 200116



**ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
CONTROLADORIA INTERNA**

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
E FINANCEIRA**

Eu, **CIDINEI FURTUNATO**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Rolim de Moura - RO, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro **DECLARO** existir recursos para realizar o gasto previsto no Projeto de Lei nº 003/2023, cujas despesas, no exercício financeiro de 2023, correrão por conta das dotações orçamentárias contidas no projeto/atividade 2.163, estando adequadas à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Declaro, também, que as despesas não ultrapassarão o limite de 6% da Receita Corrente Líquida, conforme previsto no art. 20, inciso III, alínea a da Lei Complementar nº 101/2000, bem como não compromete o disposto no parágrafo 1º do art. 29-A da Constituição Federal, que é 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento.

Rolim de Moura, 09 de junho de 2023.

Cidinei Furtunato
Vereador/Presidente CMRM



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

Comissão Permanente de: ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO,
OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA

Projeto de: Lei Complementar

Nº. 003/2023

Autoria: Mesa Diretora

Sumula: Concede Revisão Geral aos Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Rolim de Moura.

Parecer nº. _____/2023

A Comissão Permanente de: **Finanças, Controle Externo, Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura.** Em Reunião _____, realizada no dia ____/____/____, analisou a presente propositura e verificando que o referido Projeto se encontra de acordo com a Lei Orgânica do Município, Regimento Interno deste Poder e obedece as técnicas Jurídicas e Legislativas, concedeu votos _____.

Este é o PARECER, S.M.J.

Sala das Comissões, ____ de ____ de ____.

Presidente: RENATO

() favorável

() contra

Relator: ELIOMAR

Secretaria: JULIANA

() favorável

() contra

() favorável

() contra